



PROTOCOLO SICCAU Nº	1784715/2023
RELATORA	ANA FLÁVIA LEÃO PREZA
DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT Nº 331/2024	

A **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/MT** reuniu-se ordinariamente de forma virtual (Microsoft Teams) no dia 13 de março de 2024, no uso das competências que lhe conferem o art. 95 do Regimento Interno do CAU/MT; e

Considerando os fatos expostos pela Conselheira Relatora Ana Flávia Leão Preza no parecer de admissibilidade.

Considerando que há indício de infração às regras 3.2.5 e 3.2.11 do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº. 52/2013, assim como ao artigo 18, inciso VIII da Lei nº. 12.378/2010, devido os fatos expostos no “Parecer de Admissibilidade” do (a) relator (a) devidamente fundamentado, que concluiu:

“Tendo em vista os fatos expostos, proponho à CED-CAU/MT para fins do art. 21 da Resolução CAU/BR 143/2017: acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar.”

Considerando que compete à CED-CAU/MT realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitido pelo relator e que a referida Comissão decidirá pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar ou no não acatamento da denúncia e consequente determinação do seu arquivamento liminar, nos termos do artigo 21, da Resolução CAU/BR nº. 143/2017 (alterado pela Resolução CAU/BR nº. 224/2022).

DELIBEROU:

1. Aprovar o parecer de admissibilidade fundamentado do Conselheiro Relator, decidindo pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar.
2. Intimar as partes da instauração do processo ético-disciplinar e dos fatos imputados, indicando os dispositivos supostamente infringidos e as eventuais sanções aplicáveis, advertindo:
 - a) O(a) denunciado(a) a apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias, com os documentos que eventualmente a instruem e a indicação de outras provas a serem produzidas, bem como, se for o caso, o rol de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco) – artigo 23 da Resolução CAU/BR nº. 143/2017 (alterado pela Resolução CAU/BR nº. 224/2022).
 - b) O(a) denunciado(a) indicar a possibilidade de pedido de sigilo do processo ético-disciplinar, hipótese em que somente as partes e seus procuradores terão acesso às informações e aos documentos nele contidos, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº. 12.378, de 2010.

Com **04 votos favoráveis** dos Conselheiros: Weverthon Foles Veras, Luciano Narezi de Brito, Ana Flávia Leão Preza e Karen Mayumi Matsumoto, **00 votos contrários**; **00 abstenções** e **00 ausências**.



Documento assinado eletronicamente por **Karen Mayumi Matsumoto, Conselheiro(a) Estadual**, em 13/03/2024, às 17:00, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Weverthon Foles Veras, Coordenador(a)**, em 13/03/2024, às 17:18, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Leão Preza, Conselheiro(a) Estadual**, em 13/03/2024, às 23:02, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Narezi De Brito, Coordenador(a) adjunto(a)**, em 14/03/2024, às 12:39, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **99E2F840** e informando o identificador **0183688**.